

PABLO STOLZE GAGLIANO
RODOLFO PAMPLONA FILHO

MANUAL DE
DIREITO CIVIL
VOLUME ÚNICO

5ª edição
revista, ampliada e atualizada
2021



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Paulista, 901, 3ª andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Diretoria executiva	Fávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial	Fernando Penteado
Planejamento	Joslane de Araujo Rodrigues
Novos projetos	Sérgio Lopes de Carvalho Dallia Costa de Oliveira
Edição	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Aline Darcy Flór de Souza
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Verônica Pivisan Reis
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paraíso Buldrini Filogônio Marília Cordeiro Nicoly Wasconcelos Razuk
Diagramação	NSM Soluções Gráficas Ltda.
Revisão	Rita de Cássia Sorrocha
Capa	Deborah Mattos
Produção gráfica	Mari Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Edições Loyola

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA CRB-4/9410

G135m Gagliano, Pablo Stolze ; Pamplona Filho, Rodolfo
Manual de direito civil: volume único / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho. – 5. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2021.

1.704 p.

ISBN: 978-65-5559-597-0

1. Direito. 2. Direito civil. I. Pamplona Filho, Rodolfo. II. Título.

2021-48 CDD 347
CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito civil 347

Data de fechamento da edição: 8-1-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606673 CAE 754512

ÍNDICE

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Nota dos Autores</i>	9

PARTE HERMENÊUTICA

CAPÍTULO I

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS NO DIREITO BRASILEIRO

1. O objetivo de uma Lei de Introdução	<i>on-line</i>
2. Interpretação de normas	<i>on-line</i>
3. Algumas noções sobre a integração normativa	<i>on-line</i>
4. Aplicação temporal de normas	<i>on-line</i>
5. Conflito de normas no tempo (direito intertemporal)	<i>on-line</i>
6. Aplicação espacial de normas	<i>on-line</i>
7. Conflito de normas no espaço	<i>on-line</i>
8. Segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação de normas por agentes públicos (reflexões críticas sobre a Lei n. 13.655/2018, que alterou a LINDB)	<i>on-line</i>

PARTE GERAL

PESSOAS

CAPÍTULO II

PESSOA NATURAL

CONTEM VIDEOAULA



1. A personalidade jurídica	45
1.1. Conceito	45
1.2. Aquisição da personalidade jurídica	45
1.3. O nascituro	47
2. Capacidade	50
2.1. Incapacidade absoluta	52
2.2. Incapacidade relativa	57
2.2.1. Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos	57
2.2.2. Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos	59
2.2.3. Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade	60

2.2.4. Os pródigos.....	61
2.2.5. Algumas palavras sobre a capacidade jurídica dos indígenas.....	62
2.3. Suprimento da incapacidade (representação e assistência).....	63
3. Emancipação.....	64
4. Direitos da personalidade.....	70
5. Extinção da pessoa natural.....	82
5.1. Morte presumida.....	83
5.1.1. Ausência.....	84
5.1.2. Justificação de óbito.....	88
5.2. Morte simultânea (comoriência).....	88

CAPÍTULO III PESSOA JURÍDICA

CONTÉM VIDEOAULA



1. Conceito.....	90
2. Surgimento da pessoa jurídica.....	90
3. Classificação das pessoas jurídicas.....	93
3.1. Pessoas jurídicas de direito público.....	93
3.2. Pessoas jurídicas de direito privado.....	95
3.2.1. As associações.....	97
3.2.2. As sociedades.....	101
3.2.3. As fundações.....	104
3.2.4. As organizações religiosas.....	110
3.2.5. Os partidos políticos.....	110
3.2.6. As empresas individuais de responsabilidade limitada.....	111
4. Desconsideração da personalidade jurídica.....	114
5. Extinção da pessoa jurídica.....	123

CAPÍTULO IV DOMICÍLIO

1. Conceito e distinções necessárias.....	125
2. Tratamento legal e mudança de domicílio.....	127
3. Domicílio aparente ou ocasional.....	128
4. Domicílio da pessoa jurídica.....	128
5. Espécies de domicílio.....	129

CAPÍTULO V BENS

1. Conceito.....	132
2. Classificação.....	132
2.1. Dos bens considerados em si mesmos.....	132
2.1.1. Bens corpóreos e incorpóreos.....	132
2.1.2. Bens imóveis e móveis.....	133
2.1.3. Bens fungíveis e infungíveis.....	137
2.1.4. Bens consumíveis e inconsumíveis.....	137
2.1.5. Bens divisíveis e indivisíveis.....	138
2.1.6. Bens singulares e coletivos.....	139
2.2. Dos bens reciprocamente considerados.....	140

Índice	13
2.3. Dos bens públicos e particulares	141

FATOS JURÍDICOS

CAPÍTULO VI FATO JURÍDICO

1. Conceito e classificação dos fatos jurídicos.....	143
2. Negócio jurídico.....	147
2.1. Conceito	147
2.2. Planos de análise	149
2.3. Defeitos do negócio jurídico.....	151
2.3.1. Erro ou ignorância.....	152
2.3.2. Dolo.....	154
2.3.3. Coação.....	157
2.3.4. Lesão	159
2.3.5. Estado de perigo.....	162
2.3.6. Simulação.....	164
2.3.7. Fraude contra credores	168
2.4. Invalidez do negócio jurídico	174
2.5. Elementos acidentais do negócio jurídico.....	186
2.5.1. Condição	187
2.5.2. Termo.....	195
2.5.3. Encargo.....	197
3. Ato ilícito.....	199

CAPÍTULO VII PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

1. Noções conceituais	203
2. A prescrição e a decadência no Código Civil.....	208
3. Causas impeditivas e suspensivas	210
4. Causas interruptivas	214
5. Direito intertemporal.....	218

PARTE ESPECIAL

OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO VIII INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

1. Conceito do direito das obrigações.....	223
2. Distinção entre direitos pessoais e reais	223
3. Figuras híbridas entre direitos pessoais e reais	224
4. Considerações terminológicas.....	225
5. Estrutura da relação jurídica obrigacional	227
5.1. Elemento subjetivo: sujeitos da relação obrigacional	228
5.2. Elemento objetivo: a prestação.....	229
5.2.1. Características fundamentais da prestação.....	233
5.2.1.1. Licitude.....	234
5.2.1.2. Possibilidade.....	235

5.2.1.3. Determinabilidade.....	236
5.3. Elemento ideal: o vínculo jurídico entre credor e devedor	236
6. Fontes das obrigações.....	237

CAPÍTULO IX CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

1. Introdução.....	241
2. Classificação básica	241
2.1. Obrigações de dar.....	242
2.1.1. Obrigações de dar coisa certa	242
2.1.2. Obrigações de dar coisa incerta.....	245
2.1.3. Obrigações de dar dinheiro (obrigações pecuniárias).....	248
2.2. Obrigações de fazer.....	251
2.3. Obrigações de não fazer.....	258
3. Classificação especial das obrigações.....	261
3.1. Classificação especial quanto ao elemento subjetivo (sujeitos).....	263
3.1.1. Obrigações fracionárias.....	263
3.1.2. Obrigações conjuntas.....	264
3.1.3. Obrigações disjuntivas.....	265
3.1.4. Obrigações solidárias.....	265
3.1.4.1. A solidariedade.....	265
3.1.4.1.1. Solidariedade ativa	268
3.1.4.1.2. Solidariedade passiva.....	271
3.1.4.2. Subsidiariedade.....	276
3.2. Classificação especial quanto ao elemento objetivo (prestação).....	279
3.2.1. Obrigações alternativas	279
3.2.2. Obrigações facultativas.....	282
3.2.3. Obrigações cumulativas.....	283
3.2.4. Obrigações divisíveis e indivisíveis.....	283
3.2.5. Obrigações líquidas e ilíquidas.....	287
3.3. Classificação especial quanto ao elemento accidental.....	288
3.3.1. Obrigações condicionais.....	288
3.3.2. Obrigações a termo.....	289
3.3.3. Obrigações modais.....	289
3.4. Classificação especial quanto ao conteúdo.....	290
3.4.1. Obrigações de meio.....	290
3.4.2. Obrigações de resultado	290
3.4.3. Obrigações de garantia	291
4. Obrigação natural.....	291

CAPÍTULO X TEORIA DO PAGAMENTO

CONTÉM VÍDEO AULA



1. Conceito e natureza jurídica do pagamento.....	296
2. Condições subjetivas do pagamento.....	298
2.1. De quem deve pagar.....	298
2.2. Daqueles a quem se deve pagar.....	302

3. Condições objetivas do pagamento	306
3.1. Do objeto do pagamento e sua prova	306
3.2. Do lugar do pagamento	310
3.3. Do tempo do pagamento	312
4. Teoria do adimplemento substancial (<i>substantial performance</i>)	313

CAPÍTULO XI FORMAS ESPECIAIS DE PAGAMENTO

1. Introdução	319
2. Consignação em pagamento	319
3. Pagamento com sub-rogação	335
4. Imputação do pagamento	341
5. Dação em pagamento	344
6. Novação	347
7. Compensação	354
8. Confusão	359
9. Remissão	360

CAPÍTULO XII TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES

1. Introdução	366
2. Cessão de crédito	367
3. Cessão de débito (assunção de dívida)	372
4. Cessão de contrato	375

CAPÍTULO XIII TEORIA DO INADIMPLEMENTO

1. Noções introdutórias	378
2. Inadimplemento fortuito da obrigação	379
3. Inadimplemento culposo da obrigação	381
3.1. Perdas e danos	384
3.2. O dever de mitigar o próprio prejuízo (<i>duty to mitigate the loss</i>)	389
3.3. Juros	393
3.4. Inadimplemento relativo — a mora	398
3.4.1. Mora do devedor	399
3.4.2. Mora do credor	402
3.4.3. Purgação e cessação da mora	404
4. Cláusula penal	406
5. Arras	413

CONTRATOS

CAPÍTULO XIV VISÃO ESTRUTURAL DO CONTRATO

CONTÉM VÍDEO/AULAS



1. Conceito de contrato	418
2. Natureza jurídica do contrato	421
3. Principiologia do Direito Contratual	422
3.1. Princípio da autonomia da vontade ou do consensualismo	424

3.2. Princípio da força obrigatória do contrato.....	427
3.3. Princípio da relatividade subjetiva dos efeitos do contrato.....	429
3.4. Princípio da função social do contrato.....	430
3.5. Princípio da equivalência material.....	439
3.6. Princípio da boa-fé.....	440
3.6.1. Delimitação conceitual.....	441
3.6.2. Funções da boa-fé objetiva.....	444
3.6.2.1. Função interpretativa e de colmatação.....	444
3.6.2.2. Função criadora de deveres jurídicos anexos.....	445
3.6.2.2.1. Deveres de lealdade e confiança recíprocas.....	445
3.6.2.2.2. Dever de assistência.....	446
3.6.2.2.3. Dever de informação.....	446
3.6.2.2.4. Dever de sigilo ou confidencialidade.....	447
3.6.2.3. Função delimitadora do exercício de direitos subjetivos.....	447
3.6.3. Desdobramentos da boa-fé objetiva.....	451
3.6.3.1. <i>Venire contra factum proprium</i>	452
3.6.3.2. <i>Supressio</i>	453
3.6.3.3. <i>Surrectio</i>	454
3.6.3.4. <i>Tu quoque</i>	454
3.6.3.5. <i>Exceptio doli</i>	454
3.6.3.6. Inelegibilidade das nulidades formais.....	455
3.6.3.7. Desequilíbrio no exercício jurídico.....	456
3.6.3.8. Cláusula de Stoppel.....	456

CAPÍTULO XV FORMAÇÃO DOS CONTRATOS

1. Noções básicas.....	457
2. Fase de pontuação (negociações preliminares).....	458
3. Proposta de contratar.....	460
3.1. Prazo de validade da proposta.....	461
3.2. A oferta ao público.....	462
3.3. Consequências jurídicas da morte do proponente.....	464
4. A aceitação.....	464
5. Formação dos contratos entre ausentes.....	465
6. A proposta no Código de Defesa do Consumidor.....	467
7. Lugar da formação do contrato.....	469

CAPÍTULO XVI DAS ESTIPULAÇÕES CONTRATUAIS EM RELAÇÃO A TERCEIROS

1. Introdução.....	470
2. Estipulação em favor de terceiro.....	470
3. Promessa de fato de terceiro.....	472
3.1. Natureza jurídica.....	473
3.2. Exclusão de responsabilidade.....	473
4. Contrato com pessoa a declarar.....	474

CAPÍTULO XVII CONTRATO PRELIMINAR

1. Conceito e institutos similares.....	476
2. Natureza jurídica.....	477

Índice	17
3. Classificação	477
4. Tutela específica	479

CAPÍTULO XVIII VÍCIOS REDIBITÓRIOS



1. Conceito e características	480
2. Consequências jurídicas da verificação de vícios redibitórios	481
3. Prazo para a propositura das ações edilícias	482
4. Vícios redibitórios e o Código de Defesa do Consumidor	486

CAPÍTULO XIX EVICÇÃO

1. Noções conceituais	488
2. Fundamentos jurídicos	489
3. Requisitos	489
3.1. Aquisição de um bem	490
3.1.1. Contratos onerosos	490
3.1.2. Aquisição em hasta pública	491
3.2. Perda da posse ou da propriedade	493
3.3. Prolação de sentença judicial ou execução de ato administrativo	493
4. Direitos do evicto	494
5. Espécies de evicção: total e parcial	495
6. Evicção e autonomia da vontade a cláusula de não evicção	496

CAPÍTULO XX EXTINÇÃO DO CONTRATO

1. Introdução	498
2. Extinção natural do contrato	499
2.1. Cumprimento do contrato ou exaustão do seu objeto	499
2.2. Verificação de fatores eficáciais	500
2.2.1. Vencimento do termo	500
2.2.2. Implemento de condição resolutiva	500
2.2.3. Frustração da condição suspensiva	501
3. Causas anteriores ou contemporâneas à formação do contrato	501
3.1. Nulidade ou anulabilidade	501
3.2. Redibição	502
3.3. Direito de arrependimento	502
4. Causas supervenientes à formação do contrato	503
4.1. Resilição	503
4.1.1. Bilateral (distrato)	504
4.1.2. Unilateral	505
4.2. Resolução	510
4.2.1. Algumas palavras sobre a voluntariedade da inexecução	510
4.2.2. Cláusula resolutória (expressa ou tácita)	511
4.3. Rescisão	514
4.4. Morte do contratante	515
4.5. Caso fortuito ou força maior	516

CAPÍTULO XXI
EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO

1.	Considerações iniciais.....	517
2.	Conceito e natureza jurídica.....	517
3.	Elementos caracterizadores.....	519
4.	Restrição à aplicação do instituto	519
5.	Garantia de cumprimento.....	520
6.	A exceção do contrato não cumprido e a Administração Pública.....	520

CAPÍTULO XXII
TEORIA DA IMPREVISÃO E RESOLUÇÃO POR ONEROSIDADE EXCESSIVA

1.	Introdução.....	522
2.	Elementos para aplicabilidade da teoria da imprevisão	523
3.	Teoria da imprevisão × lesão.....	523
4.	Teoria da imprevisão × inadimplemento fortuito (caso fortuito ou força maior)	524
5.	A teoria da imprevisão no Código de Defesa do Consumidor.....	525
6.	A teoria da imprevisão no Código Civil de 2002.....	525
6.1.	Aplicabilidade do instituto.....	526
6.2.	Revisibilidade do contrato.....	527
6.3.	Aplicação da teoria nos contratos unilaterais	528

CAPÍTULO XXIII
CONTRATOS ATÍPICOS

1.	Introdução.....	529
2.	Contratos típicos e atípicos	530
2.1.	Distinção dos contratos nominados e inominados.....	532
2.2.	Classificação dos contratos atípicos.....	533
2.3.	Disciplina jurídica dos contratos atípicos.....	533
3.	Os contratos atípicos no Código Civil brasileiro.....	536
4.	União de contratos ou contratos coligados.....	537

CAPÍTULO XXIV
COMPRA E VENDA

1.	Conceito e partes.....	540
2.	Características.....	541
3.	Elementos essenciais	545
3.1.	O consentimento.....	546
3.2.	A coisa.....	546
3.3.	O preço.....	548
4.	Despesas com o contrato de compra e venda.....	550
5.	Responsabilidade civil pelos riscos da coisa.....	551
6.	Questões especiais referentes à compra e venda.....	554
6.1.	Venda a descendente.....	554
6.2.	Situações especiais referentes à falta de legitimidade para a compra e venda	556
6.3.	Venda a condômino	558
6.4.	Venda entre cônjuges e entre companheiros.....	560
7.	Venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>	561
8.	Cláusulas especiais ou pactos acessórios à compra e venda	564
8.1.	Retrovenda	565
8.2.	Venda a contento e sujeita à prova (por experimentação).....	569

8.3. Preempção ou preferência.....	571
8.4. Venda com reserva de domínio	574
8.5. Venda sobre documentos	577

CAPÍTULO XXV
TROCA OU PERMUTA

1. Denominação e conceito.....	580
2. Características.....	580
3. Permuta de valores desiguais.....	582
4. Disciplina jurídica	583

CAPÍTULO XXVI
CONTRATO ESTIMATÓRIO

1. Conceito e partes.....	585
2. Natureza jurídica	586
3. Características.....	588

CAPÍTULO XXVII
DOAÇÃO

1. Conceito e partes.....	590
2. Características.....	591
3. Aceitação da doação	593
4. Doação <i>mortis causa</i>	596
5. Doação inoficiosa.....	597
6. Doação universal	600
7. Promessa de doação (<i>pactum de donando</i>).....	602
8. Espécies de doação.....	604
8.1. Doação pura x doação com fatores eficaciais.....	604
8.2. Doação contemplativa x doação remuneratória.....	605
8.3. Doação conjuntiva	606
8.4. Doação com cláusula de reversão	607
8.5. Doação mista x doações mútuas	608
8.6. Doação sob forma de subvenção periódica.....	609
8.7. Doação indireta x doação disfarçada	609
9. Extinção do contrato de doação	610
9.1. Meio natural de extinção	610
9.2. Revogação da doação (inexecução do encargo e ingratidão do donatário).....	610
9.2.1. Hipóteses de ingratidão.....	612
9.2.2. Ação revocatória: características. Condições. Prazos. Efeitos	621
9.2.3. Doações não sujeitas à revogação.....	623
10. Doação por procuração	624

CAPÍTULO XXVIII
LOCAÇÃO DE COISAS

1. Noções gerais.....	625
2. Conceito	626
3. Elementos essenciais	627
3.1. Tempo (duração da locação).....	627
3.2. Coisa (objeto da locação)	630
3.3. Retribuição (preço da locação).....	631

4. Características.....	632
5. Modalidades.....	633
6. Conteúdo do contrato de locação (direitos e obrigações das partes)	635
6.1. Obrigações do locador × direitos do locatário	636
6.1.1. Entregar ao locatário a coisa alugada.....	636
6.1.2. Manter a coisa alugada no mesmo estado	637
6.1.3. Garantir o uso pacífico da coisa.....	639
6.2. Obrigações do locatário × direitos do locador.....	640
6.2.1. Servir-se da coisa alugada para os usos contratados	640
6.2.2. Tratar a coisa alugada como se sua fosse	641
6.2.3. Pagar pontualmente o aluguel.....	641
6.2.4. Levar ao conhecimento do locador as turbações de terceiros.....	641
6.2.5. Restituir a coisa, finda a locação, no estado em que a recebeu.....	642
7. A indenização por benfeitorias na coisa locada.....	642
8. Direito de retenção	642
9. Extinção do contrato de locação	643

CAPÍTULO XXIX EMPRÉSTIMO

1. Introdução.....	648
2. Comodato.....	649
2.1. Histórico e conceito	649
2.2. Características.....	651
2.3. Prazo do contrato.....	652
2.4. Partes e objeto.....	654
2.5. Direitos e obrigações das partes.....	655
2.6. Despesas feitas pelo comodatário.....	657
2.7. Extinção.....	658
3. Mútuo	659
3.1. Histórico e conceito.....	659
3.2. Riscos da coisa emprestada	660
3.3. Características.....	661
3.4. Prazo do contrato.....	663
3.5. Partes e objeto.....	663
3.6. Mútuo feito a menor.....	664
3.7. Garantia de restituição ao mutuante.....	668
3.8. Direitos e obrigações das partes	668
3.9. Extinção.....	668

CAPÍTULO XXX PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

1. Considerações terminológicas iniciais.....	<i>on-line</i>
2. Conceito e contratos afins.....	<i>on-line</i>
3. Características.....	<i>on-line</i>
4. Objeto.....	<i>on-line</i>
5. Forma.....	<i>on-line</i>
6. Retribuição.....	<i>on-line</i>
6.1. Compensação na ausência de habilitação	<i>on-line</i>
7. Tempo de duração.....	<i>on-line</i>
7.1. Direito ao aviso prévio	<i>on-line</i>

7.2. Contagem do tempo	<i>on-line</i>
8. Extinção do contrato.....	<i>on-line</i>
8.1. Direito à certificação	<i>on-line</i>
8.2. Indenizações pela extinção antecipada	<i>on-line</i>
9. Aliciamento de mão de obra	<i>on-line</i>

CAPÍTULO XXXI
EMPREITADA

1. Noções conceituais	671
2. Objeto.....	671
3. Características	672
4. Modalidades	674
4.1. Empreitada de labor	674
4.2. Empreitada de materiais	675
5. O preço	676
6. Direitos e deveres do empreiteiro e do comitente/dono da obra.....	678
6.1. Remuneração	678
6.2. Aceitação	678
6.3. Pagamento de materiais recebidos e inutilizados	678
6.4. Inalterabilidade relativa do projeto.....	679
7. Prazo de garantia.....	680
8. Suspensão do contrato de empreitada	683
9. Extinção do contrato de empreitada.....	684

CAPÍTULO XXXII
DEPÓSITO

1. Conceito	686
2. Características	687
3. Partes e objeto.....	690
4. Espécies de depósito.....	692
5. Direitos e obrigações das partes.....	696
6. Negativa de devolução da coisa depositada	698
6.1. Análise dos arts. 633 a 635 do Código Civil	698
6.2. Direito de retenção.....	699
7. Extinção do contrato de depósito	701

CAPÍTULO XXXIII
MANDATO

1. Conceito e denominação.....	702
2. Distinções terminológicas.....	702
3. Partes	705
4. Características.....	707
5. Forma.....	709
6. Substabelecimento	710
7. Objeto do mandato.....	712
8. Espécies.....	715
8.1. Mandato extrajudicial	716
8.2. Mandato judicial	716
9. Conteúdo do mandato	719
10. Direitos e obrigações das partes	720

10.1. Obrigações do mandatário × direitos do mandante	721
10.2. Obrigações do mandante × direitos do mandatário	723
11. Irrevogabilidade do mandato	725
12. Extinção do mandato	727

CAPÍTULO XXXIV COMISSÃO

1. Conceito e elementos.....	<i>on-line</i>
2. Características.....	<i>on-line</i>
3. Direitos e obrigações das partes	<i>on-line</i>
4. Espécies de comissão.....	<i>on-line</i>
5. Cláusula <i>del credere</i>	<i>on-line</i>
6. Extinção do contrato.....	<i>on-line</i>

CAPÍTULO XXXV AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO

1. Unidade ou distinção conceitual?	<i>on-line</i>
2. Características.....	<i>on-line</i>
3. Direitos e obrigações das partes	<i>on-line</i>
4. Extinção do contrato.....	<i>on-line</i>

CAPÍTULO XXXVI CORRETAGEM

1. Conceito e institutos análogos.....	<i>on-line</i>
2. Tipologia.....	<i>on-line</i>
3. Características.....	<i>on-line</i>
4. Direitos e deveres das partes	<i>on-line</i>
5. Remuneração do corretor.....	<i>on-line</i>
6. Extinção do contrato de corretagem	<i>on-line</i>

CAPÍTULO XXXVII TRANSPORTE

1. Conceito	731
2. Características	733
3. Transporte de coisas ou mercadorias	736
4. Transporte de pessoas	743
5. Transporte gratuito	747
6. Extinção do contrato de transporte	750

CAPÍTULO XXXVIII SEGURO

1. Conceito	751
2. Princípios reguladores	752
3. Natureza jurídica	754
4. Características	755
5. Partes	757
6. Objeto do seguro: o risco	760
7. A boa-fé e o contrato de seguro	763
8. Apólice.....	766
9. Direitos e obrigações das partes	768

Índice	23
10. Prêmio.....	769
11. Agente autorizado do segurador: o corretor de seguros.....	773
12. Espécies de seguro: seguro de dano e seguro de pessoa.....	774
12.1. Seguro de dano.....	775
12.1.1. Sinistro parcial.....	776
12.1.2. Garantia do seguro e vício intrínseco da coisa segurada.....	777
12.1.3. Seguro de coisas transportadas.....	779
12.1.4. Transferência do contrato.....	780
12.1.5. Direito de regresso da companhia seguradora.....	781
12.1.6. Seguro de responsabilidade civil.....	782
12.2. Seguro de pessoa.....	785
12.2.1. Noções introdutórias.....	785
12.2.2. Seguro de acidentes pessoais.....	787
12.2.3. Seguro de vida.....	787
12.2.4. Seguro em grupo.....	794
13. Extinção do contrato.....	795

CAPÍTULO XXXIX
CONSTITUIÇÃO DE RENDA

1. Conceito.....	<i>on-line</i>
2. Características.....	<i>on-line</i>
3. Forma.....	<i>on-line</i>
4. Direitos e obrigações das partes.....	<i>on-line</i>
5. Nulidade da constituição de renda.....	<i>on-line</i>
6. Direito de acrescer.....	<i>on-line</i>
7. Extinção do contrato.....	<i>on-line</i>

CAPÍTULO XL
JOGO E APOSTA

1. Noções introdutórias.....	797
2. Conceito.....	797
3. Natureza jurídica.....	799
4. Espécies de jogo.....	800
5. Características.....	803
6. Contratos diferenciais.....	804
7. Utilização do sorteio.....	806
8. O reembolso de empréstimo para jogo ou aposta.....	806
9. Extinção do contrato.....	807

CAPÍTULO XLI
FIANÇA

1. Conceito.....	808
2. Características.....	808
3. Partes.....	811
4. Objeto.....	813
5. Espécies de fiança.....	815
6. Efeitos da fiança.....	818
6.1. Benefício de ordem.....	818
6.2. Direitos e deveres das partes.....	820
7. Fiança conjunta.....	823

8. Limitação temporal da fiança.....	824
9. Fiança e aval.....	826
10. Fiança e outorga uxória.....	827
11. Extinção da fiança.....	829

CAPÍTULO XLII TRANSAÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica.....	831
2. Elementos analiticamente considerados.....	832
3. Características.....	833
4. Espécies.....	835
5. Forma.....	836
6. Objeto.....	836
7. Efeitos.....	837

CAPÍTULO XLIII COMPROMISSO

1. Conceito de compromisso.....	838
2. Características.....	840
3. Natureza jurídica.....	842
4. O compromisso no procedimento da arbitragem.....	842
5. Extinção do contrato de compromisso.....	844

CAPÍTULO XLIV ATOS UNILATERAIS

1. Noções introdutórias.....	<i>on-line</i>
2. Promessa de recompensa.....	<i>on-line</i>
2.1. Pressupostos de validade.....	<i>on-line</i>
2.2. Possibilidade de revogação.....	<i>on-line</i>
2.3. Concorrência de interessados.....	<i>on-line</i>
2.4. Concursos com promessa pública de recompensa.....	<i>on-line</i>
3. Gestão de negócios.....	<i>on-line</i>
3.1. Obrigações do gestor e do dono do negócio.....	<i>on-line</i>

CAPÍTULO XLV ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA E PAGAMENTO INDEVIDO

1. Enriquecimento sem causa.....	846
2. Pagamento indevido.....	847
2.1. Espécies de pagamento indevido.....	848
2.2. Pagamento indevido e boa-fé.....	848
2.3. Ação de <i>in rem verso</i>	850

RESPONSABILIDADE CIVIL

CAPÍTULO XLVI INTRODUÇÃO À RESPONSABILIDADE JURÍDICA

1. Introdução.....	853
2. Conceito jurídico de responsabilidade.....	853
3. Responsabilidade jurídica × responsabilidade moral.....	855
4. Responsabilidade civil × responsabilidade criminal.....	855

CAPÍTULO XLVII
NOÇÕES GERAIS SOBRE RESPONSABILIDADE CIVIL

1.	Conceito de responsabilidade civil	858
2.	Breve notícia histórica da responsabilidade civil	858
3.	Considerações iniciais sobre as espécies de responsabilidade civil.....	861
3.1.	Responsabilidade civil subjetiva x responsabilidade civil objetiva	862
3.2.	Responsabilidade civil contratual x responsabilidade civil extracontratual ou aquiliana	864
4.	Natureza jurídica da responsabilidade civil	868
5.	Função da reparação civil.....	869
6.	Importância do estudo da responsabilidade civil	870

CAPÍTULO XLVIII
ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

1.	Uma visão geral dos elementos da responsabilidade civil	872
2.	Algumas palavras sobre o elemento (acidental) culpa	872
3.	Considerações sobre a responsabilidade civil e imputabilidade.....	874

CAPÍTULO XLIX
A CONDUTA HUMANA

1.	A conduta humana: primeiro elemento da responsabilidade civil.....	875
2.	Classificação da conduta humana.....	876
3.	A conduta humana e a ilicitude.....	878

CAPÍTULO L
O DANO

1.	Conceito de dano	882
2.	Requisitos do dano indenizável.....	884
3.	Espécies de dano: patrimonial, moral, estético, existencial e social	886
4.	Dano reflexo ou em ricochete.....	889
5.	Danos coletivos, difusos e a interesses individuais homogêneos	890
6.	Formas de reparação de danos	892
7.	O tempo como um bem jurídico tutelável	893

CAPÍTULO LI
O DANO MORAL

1.	Introdução.....	897
2.	A preocupação do Código Civil de 2002 com a questão da moralidade	897
3.	Conceito e denominação	898
4.	Dano moral direto e indireto.....	899
5.	Natureza jurídica da reparação do dano moral	900
6.	Dano moral e pessoa jurídica	903
7.	Dano moral e direitos difusos e coletivos.....	904

CAPÍTULO LII
NEXO DE CAUSALIDADE

1.	Introdução.....	908
2.	Teorias explicativas do nexo de causalidade	909
2.1.	Teoria da equivalência das condições (<i>conditio sine qua non</i>).....	909
2.2.	Teoria da causalidade adequada	911

2.3. Teoria da causalidade direta ou imediata	912
3. Teoria adotada pelo Código Civil brasileiro.....	914
4. Causas concorrentes.....	915
5. Concausas	917
6. A teoria da imputação objetiva e a responsabilidade civil.....	918

CAPÍTULO LIII
CAUSAS EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL E
CLÁUSULA DE NÃO INDENIZAR

1. Introdução.....	920
2. Causas excludentes de responsabilidade civil.....	920
2.1. Estado de necessidade	921
2.2. Legítima defesa	922
2.3. Exercício regular de direito e estrito cumprimento do dever legal.....	923
2.4. Caso fortuito e força maior.....	925
2.5. Culpa exclusiva da vítima	927
2.6. Fato de terceiro	928
3. Cláusula de não indenizar	929

CAPÍTULO LIV
A RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA E A NOÇÃO DE CULPA

1. Introdução.....	932
2. Breve histórico e conceito de culpa: da glória ao declínio	932
3. Elementos da culpa.....	936
4. Graus e formas de manifestação da culpa em sentido estrito (negligência, imprudência e imperícia)	936
5. Espécies de culpa.....	939

CAPÍTULO LV
RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA E A ATIVIDADE DE RISCO

1. Introdução.....	942
2. A responsabilidade civil objetiva na legislação especial e o risco da atividade.....	942
3. Como conciliar a responsabilidade civil objetiva e o art. 944, parágrafo único, do Código Civil de 2002.....	948

CAPÍTULO LVI
RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO DE TERCEIRO

1. Introdução.....	952
2. Tratamento legal da matéria	952
3. Responsabilidade civil dos pais pelos filhos menores	955
4. Responsabilidade civil dos tutores e curadores pelos tutelados e curatelados	956
5. Responsabilidade civil do empregador ou comitente, pelos atos dos seus empregados, serviçais ou prepostos.....	958
6. Responsabilidade civil dos donos de hotéis, hospedarias e estabelecimentos educacionais por ato dos seus hóspedes, moradores e educandos.....	961
7. Responsabilidade civil pelo produto de crime.....	962
8. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.....	963

CAPÍTULO LVII
RESPONSABILIDADE CIVIL PELO FATO DA COISA E DO ANIMAL

CONTÉM VÍDEOAULA



1.	Introdução.....	964
2.	A importância do direito francês.....	965
3.	A doutrina da guarda da coisa e do animal no Brasil.....	966
4.	O responsável civil pela guarda da coisa ou do animal.....	966
5.	Tratamento legal	967
5.1.	Responsabilidade civil pela guarda do animal.....	967
5.2.	Responsabilidade civil pela ruína de edifício ou construção.....	969
5.3.	Responsabilidade civil pelas coisas caídas de edifícios.....	971

CAPÍTULO LVIII
PREFERÊNCIAS E PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS

1.	Esclarecimentos terminológicos	<i>on-line</i>
2.	Concurso de credores.....	<i>on-line</i>
3.	Categorias das preferências no Código Civil brasileiro	<i>on-line</i>
4.	Ordem preferencial no direito brasileiro	<i>on-line</i>

DIREITOS REAIS

CAPÍTULO LIX
NOÇÕES GERAIS SOBRE DIREITOS REAIS

1.	Direitos reais: denominação e conceito.....	973
2.	Natureza da relação jurídica real	973
3.	Obrigação real (<i>propter rem</i>).....	975
4.	Classificação dos direitos reais	976

CAPÍTULO LX
POSSE

1.	Conceito e natureza jurídica.....	978
2.	Teorias da posse	981
3.	Teoria adotada pelo Código Civil.....	982
4.	Detenção.....	983
5.	Posse de direitos (<i>possessio juris</i>)	985
6.	Classificação da posse	985
6.1.	Quanto ao exercício e gozo (posse direta e posse indireta).....	986
6.2.	Quanto à existência de vício (posse justa e posse injusta).....	987
6.3.	Quanto à legitimidade do título ou ao elemento subjetivo (posse de boa-fé e posse de má-fé)	989
6.4.	Quanto ao tempo (posse nova e posse velha)	990
6.5.	Quanto à proteção (posse <i>ad interdicta</i> e posse <i>ad usucapionem</i>)	991
7.	Composse	992
8.	Momento de aquisição da posse	993
9.	Quem pode adquirir a posse	994
10.	Modos de perda da posse	994
11.	Efeitos da posse	995

11.1. Percepção dos frutos e produtos.....	995
11.2. Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa.....	997
11.3. Indenização pelas benfeitorias realizadas.....	998
11.4. Proteção possessória.....	1000
11.4.1. De direito material.....	1000
11.4.2. De direito processual.....	1001

CAPÍTULO LXI
PROPRIEDADE

1. Conceito.....	1007
2. Características.....	1008
3. Extensão da propriedade.....	1009
4. Função social da propriedade.....	1011
5. Classificação.....	1012
5.1. Quanto à extensão do direito do titular (alcance subjetivo).....	1012
5.2. Quanto à perpetuidade do domínio (alcance temporal).....	1013
5.3. Quanto à localização e destinação da propriedade (alcance finalístico).....	1014
6. Aquisição da propriedade imóvel.....	1016
6.1. Usucapião.....	1016
6.1.1. Conceito e pressupostos.....	1016
6.1.2. Principais espécies.....	1017
6.1.2.1. Usucapião extraordinária (art. 1.238 do CC).....	1017
6.1.2.2. Usucapião ordinária (art. 1.242 do CC).....	1018
6.1.2.3. Usucapião constitucional (ou especial) rural ou <i>pro labore</i> (art. 191 da CF; art. 1.239 do CC).....	1020
6.1.2.4. Usucapião constitucional (ou especial) urbana ou <i>pro misero</i> (art. 183 da CF; art. 1.240 do CC; art. 9º do Estatuto da Cidade).....	1020
6.1.2.5. Usucapião especial urbana coletiva (art. 10 do Estatuto da Cidade)..	1022
6.1.2.6. Usucapião rural coletiva (art. 1.228, §§ 4º e 5º, do CC).....	1024
6.1.2.7. Usucapião familiar (art. 1.240-A do CC).....	1027
6.1.2.8. Usucapião indígena (Lei n. 6.001, de 1973).....	1030
6.1.2.9. Usucapião administrativa (art. 1.071 do CPC).....	1030
6.2. Registro imobiliário.....	1033
6.3. Acessão.....	1038
6.3.1. Conceito.....	1038
6.3.2. Distinção entre acessão e benfeitoria.....	1038
6.3.3. Acessão natural: formação de ilhas.....	1038
6.3.4. Acessão natural: aluvião.....	1040
6.3.5. Acessão natural: avulsão.....	1041
6.3.6. Acessão natural: álveo abandonado.....	1042
6.3.7. Acessão artificial: construções e plantações.....	1042
7. Aquisição da propriedade mobiliária.....	1044
7.1. Usucapião.....	1044
7.2. Ocupação.....	1045
7.3. Achado de tesouro.....	1046
7.4. Tradição.....	1047
7.5. Especificação.....	1050
7.6. Confusão, comistão e adjunção.....	1050
8. Perda da propriedade.....	1052

CAPÍTULO LXII
DIREITOS DE VIZINHANÇA

1. Conceito	1054
2. Uso anormal da propriedade (arts. 1.277 a 1.281)	1055
3. Árvores limítrofes (arts. 1.282 a 1.284)	1056
4. Passagem forçada (art. 1.285).....	1057
5. Passagem de cabos e tubulações (arts. 1.286 e 1.287)	1058
6. Das águas (arts. 1.288 a 1.296).....	1059
7. Limites entre prédios e do direito de tapagem (arts. 1.297 e 1.298).....	1061
8. Direito de construir (arts. 1.299 a 1.313).....	1063

CAPÍTULO LXIII
CONDOMÍNIO

CONTÉM VIDE AULA

1. Noções introdutórias.....	1069
2. Condomínio voluntário	1069
3. Condomínio necessário	1074
4. Condomínio edilício	1075
5. Condomínio de lotes	1086
6. Multipropriedade ou <i>time sharing</i>	1087
7. Fundos de investimento.....	1093

CAPÍTULO LXIV
DIREITOS REAIS NA COISA ALHEIA

1. Introdução	1098
2. Superfície.....	1098
3. Servidão.....	1101
4. Usufruto	1105
5. Uso.....	1119
6. Habitação	1120
7. Direito do promitente comprador.....	1121
8. Penhor.....	1129
9. Hipoteca.....	1134
10. Anticrese.....	1140
11. Concessão de uso especial para fins de moradia.....	1141
12. Concessão de direito real de uso	1145
13. Laje.....	1147

DIREITO DE FAMÍLIA

CAPÍTULO LXV
INTRODUÇÃO AO DIREITO DE FAMÍLIA

1. Conceito de família ou conceitos de famílias?	1153
2. Princípios peculiares do direito de família.....	1157
2.1. Princípio da afetividade.....	1157
2.2. Princípio da solidariedade familiar	1162
2.3. Princípio da proteção ao idoso	1164
2.4. Princípio da função social da família.....	1165

2.5. Princípio da plena proteção das crianças e adolescentes.....	1167
2.6. Princípio da convivência familiar.....	1169
2.7. Princípio da intervenção mínima do Estado no direito de família.....	1171

CAPÍTULO LXVI
NOÇÕES CONCEITUAIS SOBRE O CASAMENTO

1. Conceito e natureza jurídica.....	1173
2. A promessa de casamento — responsabilidade civil por ruptura do noivado.....	1178
3. Formas especiais de casamento.....	1180
3.1. Casamento por procuração.....	1180
3.2. Casamento nuncupativo.....	1183
3.3. Casamento em caso de moléstia grave.....	1185
3.4. Casamento celebrado fora do país, perante autoridade diplomática brasileira.....	1186
3.5. Casamento celebrado fora do país, perante autoridade estrangeira.....	1188

CAPÍTULO LXVII
CAPACIDADE, HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO MATRIMONIAL

1. Capacidade para o casamento.....	1191
1.1. Autorização para o casamento do menor de 18 anos.....	1192
1.2. Antecipação da idade núbil.....	1192
2. Habilitação para o casamento.....	1193
2.1. Requerimento da habilitação.....	1194
2.2. Edital de proclamas.....	1195
2.3. Oposição à habilitação.....	1195
2.4. Certificação da habilitação.....	1196
3. Celebração do casamento.....	1197

CAPÍTULO LXVIII
PLANO DE EXISTÊNCIA DO CASAMENTO

1. Introdução.....	1204
2. Noções gerais do plano de existência do casamento como negócio jurídico.....	1205
2.1. Manifestação de vontade (consentimento).....	1206
2.2. Celebração por autoridade materialmente competente.....	1208

CAPÍTULO LXIX
PLANO DE VALIDADE DO CASAMENTO: IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS

1. Conceito e tratamento legal.....	1213
2. Análise do art. 1.521 do Código Civil: impedimentos matrimoniais.....	1214
2.1. Casamento entre parentes em linha reta.....	1214
2.2. Casamento entre afins em linha reta.....	1215
2.3. Casamento entre o adotante com quem foi cônjuge do adotado e do adotado com quem o foi do adotante.....	1216
2.4. Casamento entre colaterais.....	1217
2.5. Casamento entre o adotado e o filho do adotante.....	1219
2.6. Casamento entre as pessoas casadas.....	1219
2.7. Casamento entre o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.....	1220
2.8. Casamento entre adúlteros.....	1221
3. Oposição dos impedimentos.....	1222
4. Efeitos jurídicos do casamento nulo.....	1222

CAPÍTULO LXX
PLANO DE VALIDADE DO CASAMENTO: CAUSAS DE ANULAÇÃO

1. Causas de anulabilidade no Código Civil de 2002.....	1225
1.1. Nubente que não completou a idade mínima para casar.....	1225
1.2. Nubente em idade núbil sem autorização para o casamento.....	1226
1.3. Vícios de vontade.....	1226
1.3.1. Da omissão legal de referência a outros vícios de consentimento.....	1226
1.3.2. Do erro essencial sobre a pessoa de um dos cônjuges	1227
1.3.2.1. Quanto à identidade, honra e boa fama	1228
1.3.2.2. Quanto à existência de cometimento de crime.....	1231
1.3.2.3. Quanto à existência de defeito físico irremediável que não caracterize deficiência ou patologia transmissível.....	1231
1.3.2.4. Hipóteses não mais caracterizadoras de erro essencial	1232
1.3.3. Da coação	1234
1.4. Nubente incapaz de consentir ou de manifestar o seu consentimento.....	1235
1.5. Revogação do mandato no casamento por procuração	1236
1.6. Incompetência da autoridade celebrante	1237
2. Prazo e legitimação para anulação do casamento.....	1237
3. Efeitos jurídicos do casamento anulável	1239
3.1. Convalescimento do casamento anulável.....	1239
3.2. Natureza jurídica da sentença anulatória do casamento.....	1240
3.3. Consequências jurídicas da anulação do casamento	1241

CAPÍTULO LXXI
PLANO DE VALIDADE DO CASAMENTO: CASAMENTO PUTATIVO

1. Conceito e tratamento legal	1243
2. Reconhecimento da putatividade.....	1245
3. Efeitos jurídicos do casamento putativo	1245
3.1. Casamento inválido (putativo) contraído de boa-fé por ambos os cônjuges	1246
3.2. Casamento inválido (putativo) contraído de boa-fé por um dos cônjuges.....	1247

CAPÍTULO LXXII
PLANO DE EFICÁCIA DO CASAMENTO: DEVERES MATRIMONIAIS E CAUSAS SUSPENSIVAS DO CASAMENTO

1. Eficácia jurídica do casamento: deveres matrimoniais.....	1249
2. Os deveres matrimoniais no Código Civil	1250
2.1. Fidelidade recíproca.....	1251
2.2. Vida em comum no domicílio conjugal (dever de coabitação).....	1253
2.3. Mútua assistência	1253
2.4. Sustento, guarda e educação dos filhos	1255
2.5. Dever de respeito e consideração mútuos	1255
3. Causas suspensivas do casamento	1256
3.1. Noções gerais	1256
3.2. Casamento do(a) viúvo(a), com filhos do falecido, pendentes inventário e partilha... ..	1257
3.3. Casamento da viúva ou de mulher cujo casamento tenha sido nulo ou anulado, antes do decurso de dez meses.....	1258
3.4. Casamento do(a) divorciado(a), pendente a partilha dos bens do casal	1258
3.5. Casamento do(a) tutor(a), curador(a) ou seus parentes com a pessoa tutelada ou curatelada.....	1259

3.6. Arguição das causas suspensivas.....	1259
3.7. Consequências jurídicas da verificação de causas suspensivas.....	1260

CAPÍTULO LXXIII

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS FUNDAMENTAIS

1. Conceito e principiologia.....	1261
2. Pacto antenupcial.....	1262
3. Autorização conjugal (“outorga uxória” e “outorga marital”).....	1264
4. Regimes de bens no direito civil brasileiro.....	1270
5. Regime legal supletivo.....	1271
6. Regime legal obrigatório.....	1272
7. Mudança de regime de bens do casamento.....	1277
8. Administração dos bens no casamento.....	1282

CAPÍTULO LXXIV

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: COMUNHÃO PARCIAL DE BENS

1. Introdução e supletividade.....	1285
2. Conceito e disciplina legal.....	1286
3. Bens excluídos da comunhão.....	1287
4. Bens incluídos na comunhão.....	1287
5. Administração do patrimônio no regime da comunhão parcial de bens.....	1288

CAPÍTULO LXXV

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS

1. Conceito.....	1289
2. Bens excluídos da comunhão.....	1289
3. Tratamento jurídico da administração dos bens.....	1290
4. Extinção da comunhão.....	1290

CAPÍTULO LXXVI

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: SEPARAÇÃO CONVENCIONAL DE BENS

1. Introdução.....	1291
2. Conceito.....	1291
3. Administração das despesas do casal na separação convencional.....	1293

CAPÍTULO LXXVII

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS

1. Antecedentes históricos e conceito.....	1295
2. Diferenciação para os regimes da comunhão parcial e da separação de bens.....	1296
3. As dívidas no regime de participação final nos aquestos.....	1298
4. A dissolução da sociedade conjugal e o regime de participação final nos aquestos.....	1300

CAPÍTULO LXXVIII

BEM DE FAMÍLIA

1. Conceito e classificação do bem de família.....	1302
2. Disciplina jurídica do bem de família voluntário.....	1303
3. Disciplina jurídica do bem de família legal.....	1306

CAPÍTULO LXXIX
UNIÃO ESTÁVEL E OUTRAS MODALIDADES DE ENTIDADES FAMILIARES

1. Conceito de união estável.....	1311
2. Elementos caracterizadores.....	1314
2.1. Reflexão sobre o tema da dualidade de sexos.....	1314
2.2. Elementos caracterizadores essenciais.....	1315
2.2.1. Publicidade.....	1315
2.2.2. Continuidade.....	1316
2.2.3. Estabilidade.....	1316
2.2.4. Objetivo de constituição de família.....	1316
2.3. Elementos acidentais.....	1318
3. Impedimentos para a configuração da união estável.....	1319
4. Efeitos pessoais da união estável: direitos e deveres dos companheiros.....	1321
5. Efeitos patrimoniais da união estável: regime de bens.....	1323
6. Conversão da união estável em casamento.....	1330
7. Família monoparental.....	1332
8. Família homoafetiva.....	1334
9. Família poliafetiva.....	1340

CAPÍTULO LXXX
DIVÓRCIO

1. Conceito de divórcio e tratamento jurídico atual.....	1343
2. O divórcio extrajudicial.....	1346
3. O divórcio judicial.....	1352
4. Uso do nome pós-divórcio.....	1352

CAPÍTULO LXXXI
PODER FAMILIAR E GUARDA DE FILHOS

1. Conceito de poder familiar.....	1356
2. Exercício do poder familiar.....	1356
3. Usufruto e administração dos bens de filhos menores.....	1358
4. Extinção, suspensão e destituição do poder familiar.....	1360
5. Guarda de filhos.....	1361
6. Alienação parental.....	1370

CAPÍTULO LXXXII
FILIAÇÃO

CONTÉM VÍDEO AULA



1. Introdução.....	1377
2. A importância do princípio da igualdade na filiação e o princípio específico da veracidade da filiação.....	1377
3. Reconhecimento voluntário.....	1379
4. Reconhecimento judicial.....	1384
4.1. Noções gerais.....	1384
4.2. Ação de investigação de paternidade.....	1384
4.3. Paternidade socioafetiva e posse do estado de filho.....	1389
4.4. Multiparentalidade.....	1393
4.5. Coparentalidade.....	1398

CAPÍTULO LXXXIII
PARENTESCO

1.	Conceito jurídico de parentesco.....	1400
2.	Visão classificatória do parentesco.....	1400
2.1.	Classificação do parentesco quanto à natureza.....	1401
2.1.1.	Parentesco natural.....	1401
2.1.2.	Parentesco civil.....	1402
2.1.3.	Parentesco por afinidade.....	1403
2.2.	Classificação do parentesco quanto a linhas.....	1404
2.2.1.	Parentesco em linha reta.....	1405
2.2.2.	Parentesco em linha colateral.....	1405
2.3.	Classificação do parentesco quanto a graus.....	1406
3.	Persistência do parentesco por afinidade, na linha reta, após a dissolução do casamento ou união estável.....	1406
4.	Restrições legais decorrentes do parentesco.....	1407
5.	Adoção.....	1408

CAPÍTULO LXXXIV
ALIMENTOS

1.	Terminologia e conceito.....	1411
2.	Pressupostos e critérios de fixação.....	1412
3.	Legitimação e características da obrigação alimentar.....	1414
4.	Classificações.....	1420
5.	A culpa em sede de alimentos.....	1422
6.	A prisão do devedor de alimentos.....	1426
7.	Alimentos gravídicos.....	1428
8.	Revisão, exoneração e extinção dos alimentos.....	1429

CAPÍTULO LXXXV
TUTELA, CURATELA E TOMADA DE DECISÃO APOIADA

1.	Noções introdutórias.....	<i>on-line</i>
2.	Distinção conceitual de tutela e curatela.....	<i>on-line</i>
3.	Tutela.....	<i>on-line</i>
3.1.	Sujeitos da tutela.....	<i>on-line</i>
3.2.	Objeto da tutela.....	<i>on-line</i>
3.3.	Cessação da tutela.....	<i>on-line</i>
4.	Curatela.....	<i>on-line</i>
4.1.	Sujeitos da curatela.....	<i>on-line</i>
4.2.	Alguns aspectos processuais da curatela.....	<i>on-line</i>
5.	Tomada de decisão apoiada.....	<i>on-line</i>

SUCESSŐES

CAPÍTULO LXXXVI
NOÇŐES INTRODUTÓRIAS DO DIREITO DAS SUCESSŐES

1.	A morte como fato jurídico.....	1434
2.	Compreensão do direito sucessório: conceito e fundamenta�o jurídico-ideológica.....	1436
3.	Sucessão hereditária: conceito e espécies.....	1438
3.1.	Classifica�o da sucessão hereditária pela matriz normativa.....	1439
3.2.	Classifica�o da sucessão hereditária pelo conjunto de bens transmitidos.....	1440

4. Princípios específicos do direito sucessório	1440
4.1. Princípio da <i>saisine</i>	1440
4.2. Princípio (<i>non</i>) <i>ultra vires hereditatis</i>	1445
4.3. Princípio da função social da herança	1447
4.4. Princípio da territorialidade	1447
4.5. Princípio da temporariedade	1448
4.6. Princípio do respeito à vontade manifestada	1449

CAPÍTULO LXXXVII
ADMINISTRAÇÃO DA HERANÇA

1. Noções introdutórias.....	1450
2. Administração da herança	1450
3. Responsabilidade do administrador da herança (e do inventariante).....	1453
4. Sucessão em bens de estrangeiros.....	1454

CAPÍTULO LXXXVIII
ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA

1. Introdução	1456
2. Aceitação da herança.....	1457
2.1. Distinção entre aceitação e delação da herança	1457
2.2. Classificação.....	1458
2.2.1. Aceitação expressa	1458
2.2.2. Aceitação tácita	1458
2.2.3. Aceitação presumida	1459
2.3. Efeitos.....	1459
2.4. Revogação da aceitação	1460
2.5. Transmissibilidade do direito de aceitação da herança	1460
3. Renúncia da herança	1461

CAPÍTULO LXXXIX
CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS

1. Introdução.....	1466
2. Compreendendo a natureza da chamada “renúncia translativa”	1467
3. Delimitação conceitual da cessão de direitos hereditários	1468
4. Disciplina jurídica	1468
5. Necessidade da autorização conjugal	1472

CAPÍTULO XC
VOCAÇÃO HEREDITÁRIA

1. Introdução.....	1475
2. Legitimados para a sucessão hereditária em geral	1475
3. Legitimidade especial na sucessão testamentária	1477
3.1. Filhos ainda não concebidos de pessoa indicada pelo testador (prole eventual).....	1477
3.1.1. Discussão sobre o enquadramento do embrião como prole eventual.....	1482
3.1.2. Discussão sobre a possibilidade de reconhecimento de vocação hereditária autônoma ao embrião.....	1483
3.2. Pessoas jurídicas.....	1485
3.3. Fundações.....	1485
4. Impedimentos legais sucessórios	1486

CAPÍTULO XCI
EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO

1.	Introdução.....	1489
2.	Exclusão por indignidade	1489
2.1.	Causas de exclusão por indignidade.....	1490
2.1.1.	Autoria, coautoria ou participação em homicídio doloso tentado ou consumado	1491
2.1.2.	Delitos contra a honra.....	1493
2.1.3.	Violência ou fraude.....	1494
2.2.	Efeitos da exclusão por indignidade	1496
3.	Teoria do herdeiro aparente.....	1496
4.	Perdão do indigno.....	1497
5.	Deserdação.....	1497
5.1.	Conceito.....	1498
5.2.	Hipóteses legais de deserdação	1498
5.3.	Procedimento.....	1501
5.4.	Efeitos de deserdação e direito de representação.....	1502

CAPÍTULO XCII
HERANÇA JACENTE

1.	Conceito	1504
2.	Natureza	1504
3.	Arrecadação.....	1505
4.	Herança vacante.....	1506

CAPÍTULO XCIII
DA PETIÇÃO DE HERANÇA

1.	Conceito	<i>on-line</i>
2.	Natureza jurídica e objetivos	<i>on-line</i>
3.	Prazo para exercício	<i>on-line</i>
4.	Legitimidade.....	<i>on-line</i>
5.	A petição de herança e a boa-fé	<i>on-line</i>

CAPÍTULO XCIV
SUCESSÃO LEGÍTIMA

1.	Noções conceituais	1509
2.	Disciplina jurídica positivada da sucessão legítima.....	1509
2.1.	Considerações gerais e regras fundamentais.....	1509
2.2.	Sucessão pelo descendente.....	1511
2.2.1.	Correntes explicativas da concorrência do descendente com o cônjuge sobrevivente, no regime da comunhão parcial.....	1513
2.2.2.	Compreensão da expressão “bens particulares” para efeito de concorrência do cônjuge sobrevivente com o descendente.....	1516
2.2.3.	Concorrência do descendente com o cônjuge sobrevivente, no regime da separação convencional de bens	1519
2.3.	Sucessão pelo ascendente.....	1523
2.4.	Sucessão pelo cônjuge.....	1525

2.4.1. O usufruto viual	1526
2.4.2. Direito real de habitação.....	1528
2.4.3. Disciplina efetiva da sucessão do cônjuge	1531
2.5. Sucessão pela(o) companheira(o).....	1535
2.6. Sucessão pelo colateral	1543
2.7. Sucessão pelo ente público.....	1546

CAPÍTULO XCV
DIREITO DE REPRESENTAÇÃO

1. Conceito	1547
2. Características.....	1547
3. Fundamento e finalidade.....	1549
4. Efeitos	1550

CAPÍTULO XCVI
SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA

1. Noções gerais sobre o testamento	1552
1.1. Sobre o poder de testar	1552
1.2. Conceito e natureza jurídica	1554
1.3. Características essenciais	1555
1.4. Modalidades classificatórias do testamento	1558
2. Aspectos relevantes do plano da validade aplicável ao testamento	1558
2.1. Manifestação de vontade livre e de boa-fé	1559
2.2. Capacidade de testar	1559
2.3. Objeto do testamento	1560
2.4. Forma prescrita em lei	1561
2.5. Prazo das ações de invalidade de testamento	1561
3. O testamenteiro.....	1562
4. Regência temporal da lei reguladora da sucessão testamentária	1569

CAPÍTULO XCVII
FORMAS ORDINÁRIAS DE TESTAMENTO

1. Introdução.....	1572
2. Formas proibidas de testamento	1572
3. Testamento público	1573
4. Testamento cerrado.....	1576
r.....	1580

CAPÍTULO XCVIII
FORMAS EXTRAORDINÁRIAS DE TESTAMENTO

1. Testamento marítimo e aeronáutico.....	1583
2. Testamento militar	1586

CAPÍTULO XCIX
CODICILO

1. Conceito e denominação	1590
2. Finalidade e objeto do instituto.....	1590
3. Forma.....	1592
4. Relação do codicilo com o testamento	1594
5. Revogação.....	1594

CAPÍTULO C
DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS

1.	Conceito de disposição testamentária	1596
2.	Modalidades	1596
3.	Interpretação	1597
4.	Sobre a nomeação de herdeiros e a distribuição de quinhões ou bens individualmente considerados	1598
5.	Validade das cláusulas testamentárias	1601
6.	Prazo para impugnação	1604
7.	Limitações de eficácia	1605
8.	Cláusulas de restrição de propriedade	1606

CAPÍTULO CI
LEGADOS

1.	Noções conceituais	1609
2.	Sujeitos	1610
3.	Objeto	1610
4.	Tipologia	1613
5.	Efeitos	1615
6.	Pagamento	1618
7.	Caducidade	1620

CAPÍTULO CII
DIREITO DE ACRESCER E REDUÇÃO DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS

1.	Introdução	1623
2.	Direito de acrescer	1623
3.	Redução das disposições testamentárias	1626

CAPÍTULO CIII
SUBSTITUIÇÕES

1.	Introdução	1629
2.	Substituição vulgar ou ordinária	1630
3.	Substituição recíproca	1632
4.	Substituição fideicomissária (fideicomisso)	1633
5.	Substituição compendiosa	1637

CAPÍTULO CIV
EXTINÇÃO DO TESTAMENTO (INVALIDIDADE, CADUCIDADE,
REVOGAÇÃO E ROMPIMENTO)

1.	Invalidade do testamento	1638
	1.1. Prazo das ações de invalidade de testamento	1640
	1.2. Conversão do testamento nulo ou anulável	1641
2.	Inexecução do testamento	1643
	2.1. Caducidade	1643
	2.2. Revogação	1644
	2.3. Rompimento	1646

CAPÍTULO CV
INVENTÁRIO

1.	Delimitação conceitual e classificação	1649
----	--	------

2. Inventário e espólio.....	1649
3. Administração provisória da herança.....	1650
4. O inventariante.....	1651
5. Início e prazo do inventário.....	1652
6. Liquidação da herança.....	1654
6.1. Sonogados.....	1654
6.2. Colações.....	1655
6.3. Pagamento das dívidas.....	1661
6.4. Avaliação e cálculo do imposto.....	1664
7. Inventário negativo.....	1665
8. Inventário administrativo.....	1666
9. Inventário judicial.....	1667
10. Alvará judicial.....	1668

CAPÍTULO CVI
PARTILHA

1. Noções conceituais.....	1670
2. Espécies de partilha.....	1671
3. Legitimidade para requerimento da partilha.....	1671
4. Partilha em vida.....	1672
5. Isonomia na partilha.....	1672
6. Alienação judicial.....	1673
7. Homologação da partilha.....	1673
8. Da garantia dos quinhões hereditários.....	1675
9. Da invalidade de partilha: ação anulatória (anulação da partilha) e ação rescisória.....	1675
10. Sobrepartilha.....	1676

CAPÍTULO CVII
DIREITO CIVIL E A PANDEMIA DA COVID-19

1. Introdução.....	<i>on-line</i>
2. Pessoas jurídicas de direito privado e a pandemia da Covid-19.....	<i>on-line</i>
3. Prescrição e decadência e a pandemia da Covid-19.....	<i>on-line</i>
4. Teoria da imprevisão e a pandemia da Covid-19.....	<i>on-line</i>
5. Usucapião e a pandemia da Covid-19.....	<i>on-line</i>
6. Condomínio edilício e a pandemia da Covid-19.....	<i>on-line</i>
7. Prisão civil e a pandemia da Covid-19.....	<i>on-line</i>
8. Inventário e a pandemia da Covid-19.....	<i>on-line</i>

<i>Referências</i>	1679
--------------------------	------